



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA**

PARECER

Número do Parecer: 014/PJC/2022.

Projeto de Lei: 021/2022

Interessado: Presidente CMSFG/RO.

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, que Autoriza o Poder Executivo a contratar servidor por prazo determinado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, em caráter excepcional e temporário, e dá outras providências.

O projeto encontra-se subsidiado com mensagem justificativa, onde o autor informa que a presente iniciativa deve-se em função de que o concurso público realizado não contemplou as áreas mais preeminentes dos serviços públicos essenciais.

Pois bem, primeiramente é preciso esclarecer que a contratação temporária pelo governo por excepcional interesse público ainda é um assunto que gera bastante dúvida, seja na própria administração pública ou para os servidores contratados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA

A nossa Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças em todas as áreas do Direito, e com relação ao Direito Administrativo não foi diferente.

Foi nesse momento que se criou a regra em que tornou obrigatório o concurso público para a entrada, efetivação e estabilidade no serviço público.

No entanto, a própria Constituição Federal trouxe duas ressalvas a essa regra: cargos em comissão e a contratação para função temporária por excepcional interesse público. Veja-se:

Art. 37. [...]

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Portanto, além de não haver uma contratação permanente, o interesse público tem de ser excepcional, extraordinário, fora do comum. Isso porque toda contratação é para atendimento ao interesse público, mas aqui se trata de algo excepcional.

E nesse viés, tendo em vista que o autor fundamentou a referida contratação por ausência de algumas áreas na realização do último concurso público, é certo que a contratação temporária deve ser uma contratação para suprir uma necessidade urgente até ocorrer a substituição por profissional concursado (se tiver necessidade).

Vê-se no projeto de lei que a contratação será por 12 (doze) meses, podendo haver prorrogação.

De fato, em análise mais acurada ao projeto de lei, verifica-se que os cargos destinados a contratação temporária são de natureza permanentes na



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA


Administração Pública Municipal, de modo que devem ser ocupados por servidores públicos nomeados por concurso público.

Logo, a contratação temporária deverá perdurar até que se realize concurso público, devendo ser rigorosamente fiscalizada pelos vereadores e demais órgãos de controle (interno e externo), a fim de se evitar que tais serviços temporários não se tornem “*ad eternum*” pela Administração Pública Municipal.

Entendemos que a proposição tem condições de tramitar, devendo ser encaminhada para as comissões permanentes para análises e pareceres, tudo na forma regimental.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

São Francisco do Guaporé, aos 28 de março de 2022.


Fabricia Uchaki da Silva
Procuradora Jurídica CMSFG/RO
OAB/RO 3.062